

A CPI ganha tempo

A CPI do Orçamento ganhou uma semana a mais. Não vai realizar audiências ou promover a tomada de depoimentos, mas a redação final e a votação do relatório. É possível porém que, havendo necessidade, alguma investigação seja levada adiante. Afinal, o que se quer é que a apuração de fatos e circunstâncias seja levada a extremos para produzir toda a soma de informações apta a habilitar a elaboração de conclusões válidas. O risco de não permitir a prorrogação seria um só: não havendo relatório concluído no dia 17, a comissão se desfaria, e seu trabalho se teria tornado inútil. É impossível avaliar a frustração que dominaria a opinião pública, se o desfecho de tanto esforço fosse tal, igual a zero.

Felizmente, a CPI teve a presidência um parlamentar que se faz credor do respeito geral; e o relator

dela soube e está sabendo desempenhar a contento o difícil encargo que lhe foi cometido. Tanto o senador Jarbas Passarinho quanto o deputado Roberto Magalhães, no cumprimento das tarefas que assumiram, vêm atuando com o rigor, a imparcialidade e a competência necessários a distinguir quem exercitasse a função de direção e ordenamento das sessões e da distribuição das atribuições das diversas subcomissões formadas e do material recolhido.

De outro lado, cumpre reconhecer que está na hora de fechar as cortinas da CPI. O ambiente em que ela vive se enche, a cada dia que passa, de uma atmosfera carregada, fadada a, adensando-se, envenenar o ânimo de quantos a freqüentem. Há vazamentos lamentáveis, que não raro resultam do puro e simples propósito de intrigar, surgem denúncias articula-

das com o objetivo de incriminar quem está investigando e esvaziar a CPI, formulam-se suspeitas que a nada levam, a não ser lançar descrédito sobre todos, para que ninguém escape — ou seriam todos? — a um julgamento condenatório final — ou do Congresso ou da opinião pública.

Há gente atirando em todas as direções, e não se sabe com que intenções. É o problema da auto-investigação, a que se referia o deputado Roberto Magalhães, para fazer referência à dificuldade de o próprio Congresso apurar eventuais culpas de seus integrantes, resistindo às investidas do corporativismo que o levaria a fechar-se sobre si mesmo e impedir que pro-

duzisse frutos o impulso de moralização tendente a promover o expurgo de quantos tenham cedido aos apelos possantes da corrupção.

Não basta, porém, encerrar. É essencial encerrar bem e extrair do empenho em fazer o melhor as consequências que todos aguardam. Sabese que o relatório vai acenar com a possibilidade de que os culpados sejam atingidos por três tipos de punição: cassação de mandato,

suspensão por 30 dias e censura — verbal ou escrita. Que seja. Contanto que sejam castigados todos os que fizeram jus a tanto, porque é impossível admitir que haja desonestos poupados e desonestos apenados.

A prorrogação dos trabalhos da CPI impede manobras para não aprovar seu relatório